

# EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

EDITAL ENFRENTAMENTO  
AO TRÁFICO DE PESSOAS 2015

 **Fundo Brasil** de  
Direitos Humanos

## **EXPEDIENTE**

---

### **INSTITUIDORES**

Abdias do Nascimento (1914-2011)  
Margarida Genevois  
Dom Pedro Casaldáliga  
Rose Marie Muraro (1930-2014)

### **CONSELHO CURADOR**

Gersem Luciano Baniwa | Presidente  
Bruno Torturra Nogueira  
Darci Frigo  
Denise Dora  
Jorge Eduardo Durão  
Juana Kweitel  
Jurema Werneck  
Kenarik Boujikian  
Letícia Sabatella  
Mafoane Odara  
Marcos José Pereira da Silva  
Susy Yoshimura  
Veriano Terto  
Viviane Menezes Hermida

### **CONSELHO FISCAL**

Karla Battistella | Presidente  
Fernanda Mioto - Vice-presidente  
Gisela Sales Cordeiro  
Marcelino dos Santos | suplente  
Marta Elizabete Vieira Santana | suplente  
Rui de Sá Rodrigues | suplente

### **DIRETORIA**

Jorge Eduardo Durão | Diretor Presidente  
Juana Kweitel | Diretora Vice-Presidente de Projetos  
Mafoane Odara | Diretora Vice-Presidente de Formação  
Marcos José Pereira da Silva | Diretor Vice-Presidente de Finanças

### **EQUIPE**

Ana Valéria Araújo - coordenadora executiva  
Maíra Junqueira - coordenadora executiva adjunta e coordenadora de relacionamento com a sociedade  
Gislene Aniceto - coordenadora administrativa e financeira  
Taciana Gouveia - coordenadora de projetos  
Célia Elizabete F. da Luz - auxiliar de limpeza  
Cristina Camargo - assessora de comunicação  
Débora Borges - assessora de relacionamento com a sociedade  
Luiza Kaneko - assistente administrativa  
Maria Chiriano - assessora de projetos  
Mayk Cardoso - analista financeiro  
Pedro Lagatta - assessor de projetos

Simone Nascimento - assistente de mídias sociais  
Thamara de Carvalho - assistente de mobilização de parcerias  
Ully Carolina Barbosa Zizo - assistente administrativa

Clapton Jonsson | Voluntário

### **FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS**

Rua Santa Isabel, 137 - Conjunto 42  
São Paulo - SP - CEP 01221-010  
Telefone: + 55 11 3256-7852  
[www.fundodireitoshumanos.org.br](http://www.fundodireitoshumanos.org.br)  
[facebook.com/fundobrasil](https://facebook.com/fundobrasil)  
[twitter.com/fundobrasil](https://twitter.com/fundobrasil)

Edição e revisão - Fundo Brasil de Direitos Humanos  
Redação - Ana Montiaga  
Projeto gráfico - Lina Mendes

Dentro do programa de apoio a projetos, o Fundo Brasil de Direitos Humanos abriu, em 2015, um edital específico de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Pela primeira vez, esta linha de apoio foi destinada a grupos que combatem o tráfico humano para o trabalho escravo ou exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes e, em menor escala, para o tráfico de órgãos e adoções ilegais.

No total, o Fundo Brasil recebeu 111 propostas, das quais foram aprovadas 9, com um valor total de R\$ 360 mil. As iniciativas foram selecionadas por um comitê especializado formado por Fábio Balestro Floriano, da Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung; Maria Madalena Ferreira Guilhon Macieira de Barros, do Fundo Elas; e Maia Sprandel, antropóloga e especialista no assunto.

Em outubro do mesmo ano foi realizado em São Paulo um Encontro de Projetos com representantes de todas as organizações selecionadas, com o objetivo de alinhar os processos para a implementação dos projetos. Durante dois dias, as organizações apresentaram suas linhas de trabalho e levantaram dúvidas e sugestões junto com as colaboradoras do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

# /// CONTEXTO ATUAL: DEFINIÇÃO E MARCO POLÍTICO ///

A enorme desigualdade econômica existente no Brasil, as relações desiguais de gênero e raça, a falta de políticas públicas, entre outros problemas, colocam o país em foco no que tange ao tráfico de pessoas. Rotas de tráfico percorrem todo o território, especialmente as regiões com uma maior proporção de pessoas pobres.

Este edital buscou oportunizar ações por parte de organizações que trabalham com os segmentos da população mais expostos ao crime do tráfico. Jovens e adolescentes, meninas e mulheres, travestis e transexuais, imigrantes, prostitutas ou mulheres indígenas, são grupos que apresentam historicamente vulnerabili-

dades perante às redes de aliciamento. Fortalecer estes coletivos no conhecimento de seus direitos e exercício da cidadania tem sido uma das ferramentas mais eficazes para a prevenção.

Faz-se difícil mensurar a incidência do tráfico de pessoas no Brasil num contexto no qual existe uma conceitu-

ação confusa e que implica irregularidades na contagem das ocorrências. Pontuar o que é o que configura um caso de tráfico é importante para estabelecer a pauta de combate e prevenção, e foi um esforço exercido por todas as organizações participantes no Edital Tráfico de Pessoas 2015 do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

A definição oficial de tráfico de pessoas advém do conceito disposto no Protocolo Internacional de Palermo, ratificado no Brasil em 2004. Porém, a interpretação brasileira desta normativa foi distorcida quando adaptada no Código Penal, outorgando-a conotações moralistas e excludentes.

Segundo o Código Penal Brasileiro no seu Art. 231, o Tráfico de Pessoas é definido como: “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro”. Esta definição não é aceita pelos movimentos sociais por considerar, por um lado, que o exercício da prostituição não é um crime, e por outro, que o tráfico não se reduz unicamente ao fim da exploração sexual.

A definição original do Protocolo de Palermo condiz com uma forma mais apropriada de definir o Tráfico:

*“O recrutamento, transporte, transferência, abrigo e guarda de pessoas por meio de ameaças, uso da força ou outras formas de coerção, abdução, fraude, enganação ou abuso de poder e vulnerabilidade, com pagamento ou recebimento de benefícios que facilitem o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra, com propósitos de exploração. Isso inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de terceiros ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, servidão ou remoção de órgãos”*.

Esta definição tem orientado as bases sob as quais foi trabalhado este edital.

Avaliar a dimensão do problema no Brasil se faz complicado à luz dessa ausência de alinhamento conceitual e da dificuldade de obter dados confiáveis. Os dados sobre tráfico de pessoas são escassos e incoerentes quando as fontes são comparadas. Há notoriamente um sub-registro de notificações, denúncias e ocorrências policiais, decorrente não só do relativamente recente esforço nacional de mensuração se não da própria complexidade da denúncia, que inclui a falta de conhecimento dos agentes de atendimento às vítimas para identificar os casos

e a desconfiança no sistema de polícia e na Justiça por parte da população.

Por isso se faz importante ouvir as vozes dos movimentos populares de luta contra o tráfico, já que trazem consigo conhecimentos mais aprofundados sobre a questão. Quem está “na ponta” sabe quais as faces que este crime mostra no país e tem expertise para propor e traçar estratégias de combate que sejam efetivas. Buscar o entendimento dos organismos públicos para direcionar recursos e/ou ações que atendam às necessidades particulares de grupos concretos dentro do problema do tráfico de pessoas não tem sido fácil

para a sociedade civil organizada, já que parte da base de que em muitos espaços não se compreendem ainda as causas do problema e suas implicações.

“ Eu me dei conta que já existem algumas publicações disponíveis que tratam desse assunto do tráfico, no próprio site do Ministério da Justiça tem materiais, só que ninguém entra no site do MJ para procurar informação sobre isso. O que a gente está atuando muito é de pegar essa informação que já existe e traduzir para uma linguagem mais próxima da realidade delas.”

**Carol Macedo, voluntária da APROSMIG**

Da mesma forma, entender os códigos de cada coletivo, suas práticas e sua linguagem, tem sido essencial para poder direcionar as ações da melhor forma possível. Isto só foi possível mediante o trabalho de organizações que conheciam o seu público ou que faziam parte dele.

Após a adoção do Protocolo de Palermo e a definição de tráfico no Código Penal, não foi construída uma lei específica sobre tráfico de pessoas. Uma lei própria ajudaria a amadurecer as políticas públicas de prevenção e atendimento, a endurecer as punições e a derrubar os mitos sobre o tráfico. Além disso, falta efetivação dos Planos Na-

cionais de Enfrentamento, um correto funcionamento de todos os Núcleos Estaduais do país, a disposição de orçamento destinado às ações pautadas nestes planos e a posta em prática de mecanismos de controle e procedimentos de monitoramento dessas políticas.

“ A gente tem uma política que não está efetivada, a gente tem um Plano que já venceu, a gente soube há pouco tempo que o Núcleo Estadual de enfrentamento à violência sexual foi fechado, então não está tendo atividade, não está tendo aportes do Poder Público ”.

**André Araújo, coordenador da equipe interdisciplinar do CRIA**

Mas a sociedade civil organizada tem caminhado unida, preenchendo os espaços das irresponsabilidades governamentais frente ao problema do Tráfico no Brasil, se superado a cada dia na construção de novas metodologias de trabalho mais inclusivas, na articulação de redes de colaboração política efetivas e na disseminação de valores para a construção da cidadania.

# /// PROJETOS APOIADOS ///

## “A cidade CRIA. Cenários de cidadania pelo enfrentamento ao tráfico de pessoas”

Centro de Referência Integral de Adolescentes/CRIA

Com 20 anos de atuação e uma metodologia própria baseada na educação através da arte e a cultura, o CRIA desenvolveu um pro-

jeto para mobilizar e articular a sociedade baiana para o enfrentamento ao tráfico, ao abuso e à exploração sexual e comercial de crian-

ças, adolescentes e jovens, por meio da arte-educação, em comunidades populares da cidade de Salvador e no interior do Estado da Bahia.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

o Promoção de 04 formações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas em duas cidades do interior do Estado da Bahia: Marcionílio Souza e Senhor do Bonfim.

o Realização de 22 apresentações do espetáculo de teatro “Quem me ensinou a nadar?”, seguidas de debate e distribuição do material educativo “Eu tenho um sonho e você?”, em 19 comunidades da cidade de Salvador e duas cidades do interior do Estado.

o Ações de Mobilização Social CRIAtiva em datas-marco e no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual.

o Participação de educadores em reuniões e atividades dos Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

o Fortalecimento das articulações locais entre sociedade civil e poder público nas cidades

do interior do Estado para atuarem no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e para o enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

o Disseminação de informações sobre o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes e a metodologia de arte-educação do CRIA alcançando um total de 3.116 pessoas sensibilizadas após da finalização do projeto.

# “Encontros comunitários para combate do tráfico humano”

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen  
Bascarán/CDVDH/CB

A instituição foca sua atuação na defesa e garantia dos direitos humanos na região do interior do Maranhão desde 1996. Este projeto conseguiu aumentar a alerta social sobre o tráfico humano em todas suas formas entre coletivos de risco, assim como fortalecer a organização social de comunidades vulneráveis para o combate ao tráfico.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- o Realização de visitas institucionais em escolas, associações, igrejas, grupos comunitários, organizações e sindicatos para ações de sensibilização.
- o Formação específica para multiplicadores com 20 líderes comunitários de regiões vulneráveis ao tráfico humano para trabalho escravo. Foram realizados 04 encontros em Açailândia, Pindaré e Santa Luzia, no Maranhão.
- o Realização de 02 jornadas de mobilização social que alcançaram diretamente mais de 120 pessoas.
- o Mobilização de 500 pessoas através de ações de multiplicação de informações.

# “Migração legal: Migrar é um direito, Traficar é crime”

Pastoral da Mobilidade Humana/PMH – Diocese de Corumbá

A diocese da Pastoral Social em Corumbá, cuja vocação é o acolhimento e atenção às pessoas migrantes, articulou um projeto de atuação na área de fronteira com a Bolívia que colaborou para o apoio e orientação legal de migrantes em situação irregular evitando a exploração da sua mão de obra.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

o Realização de 02 seminários sobre tráfico de pessoas para 200 pessoas nas cidades de Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, com autoridades bi-nacionais e regionais e sociedade civil como convidados.

o Realização de visitas semanais ao Posto da Migração, na fronteira entre a cidade de Corumbá e Bolívia, e à Rodoviária Intermunicipal de Corumbá, com o objetivo de acompanhar o fluxo de migrantes e oferecer auxílio quanto a documentação e orientações para prevenção ao tráfico de pessoas.

o Atendimentos de migrantes para assessoria jurídica no escritório da Pastoral da Mobilidade Humana.

## “Prostitutas, Direitos e Migração”

**Associação de Prostitutas de  
Minas Gerais/APROSMIG**

APROSMIG é uma organização dirigida exclusivamente por mulheres prostitutas que busca a promoção de seus direitos, segurança no trabalho e reconhecimento da profissão. A partir da metodologia que prioriza a formação entre pares, o projeto atuou no campo da prevenção e proteção frente ao crime de tráfico de pessoas, especificamente contra o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

### PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- o Elaboração de uma cartilha destinada às profissionais do sexo contendo informações sobre tráfico, com ênfase no tráfico para trabalho sexual exploratório.
- o Evento de lançamento da cartilha.
- o Distribuição da cartilha produzida e capacitação das profissionais do sexo nos principais pontos de prostituição da cidade e região.
- o Capacitação com 600 trabalhadoras que se tornaram multiplicadoras de informações sobre prevenção ao tráfico de pessoas.
- o Realização de formações beneficiando 100 profissionais do sexo sobre direitos, violência de gênero, identidade de gênero e seguridade social.
- o Fortalecimento da articulação com as instâncias envolvidas no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, estreitando a parceria com os Núcleos e Postos Avançados de Enfrentamento ao Tráfico de Minas Gerais, com órgãos da assistência social do Município de Belo Horizonte e outros equipamentos qualificados para o atendimento às vítimas de tráfico de pessoas.

# “Trabalhadoras indígenas com liberdade, dignidade, direitos e cidadania”

União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira/UMIAB

A UMIAB, organização que viabiliza a articulação e o fortalecimento das mulheres indígenas da Amazônia Brasileira, trabalhou numa proposta para promover a redução do tráfico de mulheres indígenas para trabalharem como domésticas nos centros urbanos do Estado do Amazonas. A estratégia utilizada foi a realização de pesquisas e capacitações de lideranças sobre a temática.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

o Elaboração e divulgação de material informativo sobre tráfico de mulheres indígenas para trabalhos de semi-escravidão e de famílias indígenas para centros de produção extrativista.

o Realização de pesquisa sobre a incidência de práticas de tráfico e semi-escravidão de mulheres indígenas em Manaus, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

o Realização de pesquisa sobre a incidência de práticas de tráfico de famílias para trabalho escravo nos centros de produção extrativista nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

o Realização de 03 oficinas para formação de agentes multiplicadores em Manaus, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira com 50 mulheres dirigentes de organizações e lideranças comunitárias de 40 comunidades.

# “Tráfico de pessoas: um desafio a ser vencido”

Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual/GGLOS

A organização piauiense, promotora dos direitos da população LGBT, implementou um projeto de mobilização e sensibilização em escolas da rede pública e formação de lideranças para multiplicação de informações sobre prevenção ao tráfico de pessoas na região de Picos.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- o Realização de 02 oficinas de capacitação de gestores de escolas públicas na jurisdição da 9ª Regional de Educação em Picos, cerca de 80 pessoas.
- o Realização de 22 palestras para alunos da rede pública sobre identificação e prevenção ao tráfico de pessoas em cidades da microrregião de Picos, atingindo uma população de aproximadamente 1000 pessoas.
- o Elaboração de um folder de apresentação do projeto com dicas de prevenção ao tráfico de pessoas.
- o Confeção de um cartaz de prevenção ao tráfico de pessoas publicitando os mecanismos de denúncias: Ligue 180 e Disque 100.
- o Realização de um seminário final de enfrentamento ao tráfico de pessoas com um público estimado de 100 pessoas.

# “Vaza malandragem. Do meu corpo e dos meus sonhos, cuido eu! Não à exploração sexual de meninas e mulheres”

Casa da Mulher Trabalhadora/CAMTRA

A entidade feminista, sediada no Rio de Janeiro, deu continuidade e ampliou uma campanha para disseminação de informações sobre a exploração sexual, formas de identificação do aliciamento e meios de denúncia e enfretamento. As ações foram destinadas principalmente a meninas e mulheres da região em situação de vulnerabilidade.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- o Continuidade e ampliação da campanha “Vaza malandragem! Do meu corpo, dos meus sonhos cuido eu!”
- o Construção de uma cartilha para multiplicadoras sobre o tráfico de mulheres para exploração sexual.
- o Revisão e reprodução de materiais de prevenção.
- o Realização de um Seminário de formação de multiplicadoras com 30 mulheres e jovens.
- o Realização de 05 oficinas com rodas de conversas para disseminação e multiplicação de informações em escolas e grupos comunitários alcançando 150 meninas e mulheres.
- o Realização de 03 “barracas de direitos”, com aulas públicas e distribuição de materiais, alcançando 500 mulheres e meninas.

# “Vida nova com dignidade e respeito para os imigrantes”

Centro de Apoio e Pastoral do Migrante/CAMI

O Centro, espaço de referência no Brasil na promoção e defesa dos direitos humanos dos imigrantes, realizou um projeto para promover o conhecimento e a garantia dos direitos dos trabalhadores imigrantes assim como o debate sobre trabalho digno, visando a prevenção do tráfico de pessoas na cidade de São Paulo.

## PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- o Aumento do atendimento de imigrantes na sede do CAMI para apoio a regularização migratória.
- o Fortalecimento do trabalho dos agentes sociais do CAMI que visitam as oficinas de costura multiplicando conhecimentos sobre direitos e garantias dos migrantes.
- o Aumento dos pontos descentralizados de atendimento e divulgação dos direitos e garantias.
- o Elaboração de um guia de bolso sobre direitos e garantias dos trabalhadores migrantes e avaliação do mesmo mediante grupo focal. Distribuição dos guias em todos os pontos.
- o Fortalecimento das informações sobre direitos e garantias divulgadas nas oficinas de costura a partir das visitas realizadas pelos agentes sociais para divulgar o guia de bolso.
- o Realização de uma assembleia popular para debater o tema com imigrantes, autoridades e lideranças.

# /// EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES APOIADAS ///

Trabalhar o edital no contexto e atualidade brasileira não foi uma tarefa fácil para as organizações. Todas elas enfrentam problemas diários. As dimensões do país, a centralização dos recursos nas grandes capitais, o preconceito que existe em torno à temática

ou a particularidade dos problemas que visam atingir são alguns dos pontos que as entidades levantaram, demonstrando que aqueles que continuam na luta são profissionais de grande empenho e determinação.

Alguns dos projetos selecionados, como o do Centro de Referência Integral de Adolescentes-CRIA ou o do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, contemplavam ações em cidades muito distantes da sede central da organiza-



ção, dada a enorme necessidade de se trabalhar nos interiores. As despesas para o deslocamento da equipe, a falta de apoio governamental em relação a recursos e a prioridade na agenda política limam a possibilidade de que ações como estas voltem a acontecer em cidades afastadas. Descentralizar as ações e o repasse de recursos foi uma demanda constante no diálogo com os representantes das organizações:

**“A dificuldade que a gente percebe é manter a estrutura dessas ações principalmente quando elas devem ser descentralizadas. A gente não sabe, por exemplo, quando vai poder voltar ao interior do Estado com uma ação como essa, porque a gente não tem recurso para bancar a ação, o recurso tem data e tem limite e não há uma mobilização do Poder Público de fomentar e para incentivar a continuidade dessas iniciativas.”**

**André Araújo, coordenador da equipe interdisciplinar do CRIA**

As duas entidades que trabalharam na prevenção ao tráfico com grupos de migrantes se depararam com alguns empecilhos derivados da complexa burocracia e as altas taxas estipuladas pelo Governo para a emissão de documentação. Ambas oferecem assessoria jurídica para migrantes em situação irregular, com o objetivo destes obterem direitos que lhes fortaleçam perante às ciladas da exploração laboral. Proceder com as denúncias de trabalho escravo junto ao Ministério de Trabalho tem sido também uma dificuldade devido à demora de resposta dos órgãos competentes, como relata a equipe do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI.

As elevadas multas emitidas pela Polícia Federal quando descobertos casos de imigrantes sem documentação é outro obstáculo que as organizações enfrentam para poder defender os direitos dos grupos mais vulneráveis ao tráfico. Muitas vezes, a regularização da situação da pessoa é uma necessidade que precede a qualquer estratégia de sensibilização para prevenção ao tráfico de pessoas. O migrante precisa primeiro ter acesso aos seus direitos básicos para poder acionar um órgão ou efetivar uma denúncia caso se encontrar em uma situação de risco.

**“Eu tenho uma boliviana aqui que fugiu de um trabalho escravo com três crianças sem nenhuma documentação. O futuro dela é ser expulsa pela Polícia Federal em cinco dias. Para eu regularizar a documentação dela preciso de R\$ 1.500 e eu não tenho esse dinheiro. E depois de regularizar a documentação, ela quer ir para São Paulo, e eu não tenho dinheiro para ir para São Paulo. (...)Eu tenho cinco estrangeiros no albergue que não têm nem como comprar a passagem, tirar a documentação ou pagar a multa que a Polícia Federal põs para eles, que varia entre R\$300 e R\$800.”**

**Padre Marco Antonio, da Pastoral da Mobilidade Humana de Corumbá**

Por último, outro dos problemas enfrentados foi o de se adaptar às particula-

ridades das atividades. No caso do projeto “Prostitutas, Direitos e Migração” da

Associação de Prostitutas de Minas Gerais - APROSMIG, uma das dificuldades foi se adaptar a rotina das mulheres, que era muito diferente entre si e dificultava a reunião dos grupos para as rodas de conversa. Além disso, elas não se sentiram confortáveis para conversar abertamente sobre suas experiências em grupos de discussão abertos, por isso, as colaboradoras da organização decidiram mudar a metodologia, obtendo assim melhores resultados. Adotando a estratégia de levar camisinhas com a logo da organização aos hotéis, conseguiram estabelecer o diálogo com as prostitutas de uma forma mais íntima. O fato da organização estar

formada por prostitutas ajudou muito na superação deste imprevisto, o que sublinha a importância de compreender o público objetivo ao que os projetos estão dirigidos:

**“O fato de ser de prostitutas para prostitutas tem uma outra relação, elas se sentiram parte desse projeto e não alguém que vem de uma universidade o do Governo conversar com elas.”**

**Carol Macedo, voluntária da APROSMIG**

Para algumas organizações esta foi a primeira vez que trabalharam especificamente a questão do tráfico, outras contavam com vários anos de experiência. Indistintamente, a implementação deste projeto tem significado avanços para as organizações, no sentido de descobrir potencialidades e fortalecer capacidades.

**“A gente está fazendo agora nosso planejamento estratégico dos próximos dois anos e já entende que a questão de tráfico de meninas e mulheres, é uma área da atuação da CAMTRA. Se consolidou como uma área de atuação nossa durante o desenvolvimento do projeto. A gente tem um acúmulo e uma capacidade para dizer que a gente já trabalha com isso. Ele foi um ganho muito grande.”**

**Monique Britto, Assessora de Projetos do CAMTRA**

**“Fortalecemos essa certeza de que a gente precisa sim continuar fazendo esse tipo de trabalho. A gente precisa sim criar e cavar mais possibilidades para continuar apoiando essas iniciativas.”**

**André Araújo, coordenador da equipe interdisciplinar do CRIA**

Na maioria dos casos as ações planejadas não lograram preencher a demanda espontânea que foi surgindo a partir da execução das atividades, com o que as organizações responderam dando continuidade às ações por si mesmas. Isto tem sido um indicador positivo mas ao mesmo tempo demonstrativo da carência de informações sobre a temática que ainda existe no país e da necessidade de destinarmos mais esforços ao combate ao Tráfico no Brasil:

**“...a divulgação entre alunos, professores e gestores cresceu tanto que extravasou as fronteiras da escola e a gente começou a ser convidada por Conselhos Tutelares, sindicatos, associações para poder levar a temática para palestras e eventos. A aceitação e a demanda passou a ser de interesse social.”**

**Jovanna Cardoso, coordenadora do Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual**

Muitas das ações que envolveram a formação de agentes multiplicadores continuam se desenvolvendo após a finalização dos projetos, muito além do que foi planejado no início segundo as expectativas:

**“O projeto encerrou e as atividades continuaram. Este ano aconteceram várias ações conduzidas pelos multiplicadores onde a gente vai só participar, dar um apoio.”**

Fabírcia Carvalho, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán

Dentro deste eixo de atuação, alunos e professores se descobriram grandes aliados nas ações implementadas na região nordestina do país:

**“A gente percebe que alunos e professores podem ser os principais parceiros na multiplicação de conhecimentos e de prevenção e promoção dos direitos humanos.”**

Jovanna Cardoso, coordenadora do Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual

Além do mais, o edital ajudou também à horizontalização da forma de trabalho de algumas das organizações, que formaram agentes sensibilizadores em todas as esferas da equipe:

**“A equipe inteira conseguiu se articular e hoje consegue se envolver na realização de palestras. Já não é mais apenas a equipe do projeto concreto, mas toda a nossa equipe executiva tem se revessado na ampliação das ações em relação à temática.”**

**Fabírcia Carvalho, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán**

Todas as organizações beneficiadas pelo edital relataram a celebração de colaborações com outras entidades como parte das atividades dos projetos.

Muitas já estavam programadas no cronograma de atividades, mas em muitos casos surgiram parcerias inesperadas, como foi o caso do Centro de Defesa da

Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán com o projeto “Escravo nem Pensar” da organização brasileira de combate ao trabalho escravo Repórter Brasil:

**“No mesmo período aconteceu no Maranhão o desenvolvimento das ações do projeto Escravo nem Pensar, da Repórter Brasil, que é voltado para a educação nas escolas. E isso foi muito bom pois realizamos algumas articulações com essas escolas, um projeto acaba fortalecendo ao outro.”**

**Fabírcia Carvalho, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán**

Para o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante, esta foi uma oportunidade para uma maior aproximação com os imigrantes de diversas nacionalidades e também de tomada de consciência ainda maior sobre o trabalho escravo na cadeia produtiva têxtil de São Paulo e região. Descobriu-se

um aumento nas demandas de questões trabalhistas assim como a aparição de novas iniciativas, entre elas a do grupo de teatro, que já está trabalhando num projeto para sensibilizar a comunidade.

Por último, outro dos grandes achados sinalizados foi

o de identificar a importância de trabalhar com as vulnerabilidades particulares, as quais são a base do problema do tráfico. Problemáticas como racismo, violência contra as mulheres, violência doméstica, transfobia ou lesbofobia, entre outros, podem ser a semente de muitos dos casos.

**“A gente optou por trabalhar com as vulnerabilidades, que são exatamente com que a gente trabalha, com o que a gente tem uma expertise de nove anos, que é a questão do racismo, violência contra as mulheres, violência doméstica, lesbofobia. Quando a gente conseguiu fazer um link, através dos nossos materiais, das rodas de conversa, etc., (...) esse foi um achado também muito importante a nível de metodologia para a gente.”**

**Monique Britto, Assessora de Projetos do CAMTRA**

# /// ORIENTAÇÕES E PERSPECTIVAS ///

A partir dos resultados dos projetos do Edital Tráfico de Pessoas 2015, as organizações identificaram algumas ações chave.

Entre as sugestões foi citada a de continuar com ações já presentes neste edital, como as ações de sensibilização da população, através de palestras, oficinas ou de campanhas de comunicação de grande alcance.

“Esse trabalho da sensibilização, de fortalecimento da rede, da conscientização, tem que continuar, é necessário para que a gente consiga chegar ao máximo de pessoas possíveis.”

**Fabrcia Carvalho, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán**

“Apoio financeiro para organizar uma campanha de grande alcance contra o tráfico de pessoas com metas e materiais específicos de apoio e divulgação...inclusive com peças teatrais, etc.”

**Equipe do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante**

Existe uma escassez enorme de diálogo sobre este assunto em espaços onde teoricamente, segundo ditam os planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, deveria existir. Incentivar estas reflexões, especialmente entre o público mais jovem, precisa ser uma constante no trabalho de enfrentamento:

“A gente sabe da necessidade de continuar trazendo essas reflexões para o público, especificamente o público jovem, principalmente em espaços nos que se deveria tratar isso e que não tem se tratado, que é a família, que é a escola, que são os grupos culturais comunitários.”

**André Araújo, coordenador da equipe interdisciplinar do CRIA**

As organizações, transbordadas pela demanda que tem se originado a partir da implementação dos projetos, sugerem ações de alcance regional que permitam reproduzir as atividades em outras cidades:

“A gente sonha com que esse projeto se torne uma ação regional para poder trabalhar outras cidades porque a gente precisa estar em evidência e esse projeto tem uma aceitação grandiosa e tem uma proposta que é educar. A gente não vai conseguir combater o tráfico de pessoas sem educar.”

**Jovanna Cardoso,  
coordenadora do Grupo  
Guaribas de Livre  
Orientação Sexual**

Formar e sensibilizar as pessoas que trabalham diretamente com as vítimas nos diversos órgãos de atendimento foi outra das propostas levantadas. Muitos dos profissionais envolvidos no sistema público de garantia de direitos não recebem a formação necessária para identificar um caso de tráfico e realizar os encaminhamentos certos. A demanda de formação qualificada por parte destas instituições é grande e as organizações com expertise no assunto podem fortalecer esta rede de forma a evitar que vítimas sejam re-vitimizadas:

“É necessário continuar fortalecendo os grupos de apoio e atendimento às vítimas, porque até a gente encontrar segurança e fazer os encaminhamentos e não acabar comprometendo mais ainda a vítima a gente tem muito trabalho a fazer.”

**Fabília Carvalho, do  
Centro de Defesa da Vida  
e dos Direitos Humanos  
Carmen Bascarán**

A forma utilizada pelo Fundo Brasil para dialogar com as organizações foi elogiada várias vezes. O excesso de normatização e burocratização dos processos tanto para captar o recurso como para justificar seu gasto é muitas vezes um impedimento para que grupos sociais com importante atuação na garantia de direitos humanos possam implementar suas ações. A fundação buscou conceder a compreensão das diferentes formas de trabalho que as organizações têm e isto tem tido uma resposta muito positiva:

“Nos últimos anos o Fundo Brasil talvez tenha sido o apoiador que mais compreende ou que busca compreender de fato o papel das organizações, o trabalho e a especificidade que cada uma tem.”

**André Araújo, coordenador da equipe interdisciplinar do CRIA**

O Fundo Brasil de Direitos Humanos tem buscado facilitar a elaboração de relatórios e prestação de contas, subsidiando modelos práticos e objetivos que cumpram de fato a função desejada. Em outubro de 2015 organizou-se um encontro em São Paulo com

representantes de todas as entidades beneficiadas pelo edital Tráfico de Pessoas com o objetivo de orientar, subsidiar e elaborar de forma conjunta estes processos que as vezes resultam tão difíceis.

Nesta linha, os representantes remararam a importância de continuar apoiando grupos que tenham realmente um engajamento com o público objetivo, para além de requisitos meramente burocráticos, como ter personalidade jurídica, um determinado tempo de fundação, certidões negativas ou tantos outros documentos que impelem e centralizam a implementação das ações políticas:

“ Investir em organizações que sejam não necessariamente experientes na temática de forma burocrática mas que tenham uma identificação forte com seu público a nível de atuação política, a nível territorial, e principalmente em ações de prevenção.”

**Monique Britto, Assessora de Projetos do CAMTRA**

Muitas das entidades selecionadas contam nas suas equipes com colaboradores que se enquadram dentro do público que precisam atingir. Isto tem facilitado sobremaneira o conheci-

mento das complexidades implícitas na questão do Tráfico assim como o acesso às pessoas com as que se objetivava trabalhar. Continuar favorecendo organizações com esta expertise foi uma orientação assinalada por algumas das lideranças participantes:

“A gente precisa continuar fortalecendo atividades auto-organizadas de mulheres para mulheres de instituições que já têm uma trajetória dentro de suas áreas de atuação. (...)Para ter esse olhar e para conseguir combater essas vulnerabilidades, você precisa ter um posicionamento político, uma experiência de trabalho, você precisa conhecer o seu público. No nosso caso a gente não conhece nosso público, a gente é o nosso público.”

**Monique Britto, Assessora de Projetos do CAMTRA**

“O fato de serem escolhidas associações que estão lidando diretamente com aquilo que a gente trabalha. São as prostitutas que criaram a associação e elas que trabalham a associação. É diferente de ongs que vão tratar qualquer assunto e que com toda a boa vontade do mundo não tem essa proximidade. É importante escolher projetos onde exista essa relação mais estreitada e empoderar esses grupos que geralmente não são muito reconhecidos.”

**Carol Macedo, voluntária da APROSMIG**

Outrossim, foi chamada a atenção sobre o esquecimento em que se encontram alguns grupos perante as ações de prevenção e atendimento, como é o caso das travestis e transexuais. Devido a uma situação social fragilizada pela falta de aceitação social e preconceito, e à não existência de políticas públicas para estes grupos, travestis e transexuais se enquadram

como pessoas altamente vulneráveis à exploração e ao tráfico. O Grupo Guaribas sinalizou a necessidade de prestar atenção a este fato em futuros apoios:

“É preciso que os organismos com disponibilidade de apoiar considerem as mulheres travestis e transexuais alvo para alguns projetos porque a sociedade não tem conhecimento da quantidade de travestis e transexuais exploradas nacional e internacionalmente, e a sua grande maioria do Nordeste brasileiro. Prevenção do tráfico para travestis e transexuais deve ser um critério para próximos editais.”

**Jovanna Cardoso,**  
coordenadora do Grupo  
Guaribas de Livre Orientação  
Sexual

Por outro lado, recomenda-se não resumir as ações de prevenção ao tráfico à mera informação sobre o tema. É preciso fortalecer o público mais vulnerável para poder evitar que se envolvam em casos de tráfico. Atrás de uma situação de tráfico existem muitas vezes problemas relacionados ao gênero, problemas econômicos ou raciais muito profundos que devem ser trabalhados para evitar seu agravamento. As organizações chamaram a atenção para que apoiadores de ações contra o tráfico de pessoas levem em conta estes conflitos de base na hora de balizar que tipo de ações devem ser apoiadas.

Por último, outra das propostas levantadas foi a de focar em ações de incidência política junto ao Governo. Uma organização do porte do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que é capaz de articular o trabalho de muitas das organizações de base que pensam em tráfico e constroem as linhas de ação que devem pautar o combate ao tráfico no Brasil, é suscetível de ter um panorama muito mas amplo, que consiga gerar uma intervenção muito maior e possa chegar até a própria estrutura governamental.

“ Às vezes a gente como organização social que tem uma relevância regional não consegue ter o termômetro que um Fundo Brasil pode ter, por apoiar projetos em vários locais do Brasil. (...). Muitas vezes sua voz é escutada porque não é alguém que está em busca de apoio para os seus projetos se não alguém que está compartilhando uma expertise.”

**André Araújo, coordenador da equipe interdisciplinar do CRIA**



*[www.fundodireitoshumanos.org.br](http://www.fundodireitoshumanos.org.br)  
[facebook.com/fundobrasil](https://facebook.com/fundobrasil)  
[twitter.com/fundobrasil](https://twitter.com/fundobrasil)*

 **Fundo Brasil** de  
Direitos Humanos





**Fundo Brasil** de  
Direitos Humanos